

PROPOSTA DE TRABALHO COM A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM LONDRINA/PR NAS AULAS DE GEOGRAFIA

PROPIUESTA DE TRABAJO CON SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL EN LONDRINA/PR EN CLASES DE GEOGRAFÍA

WORK PROPOSAL WITH SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN LONDRINA/PR FOR GEOGRAPHY CLASSES



Heloisa Maria MANTOVAN¹
e-mail: heloisamantovan@gmail.com



Jaqueleine Telma VERCEZI²
e-mail: jaqvercezi@uel.br

Como referenciar este artigo:

MANTOVAN, Heloisa Maria; VERCEZI, Jaqueline Telma. Proposta de trabalho com a segregação socioespacial em Londrina/PR nas aulas de Geografia. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 09, n. 00, e025014. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2025.10191



- | Submetido em: 07/12/2023
- | Revisões requeridas em: 21/08/2025
- | Aprovado em: 09/12/2025
- | Publicado em: 17/12/2025

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – Paraná (PR) – Brasil. Mestre em Geografia.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – Paraná (PR) – Brasil. Professora Adjunta.

RESUMO: Na cidade ocorre a (re)produção social da vida urbana, sendo abrigo da diversidade humana e o lócus da produção e reprodução do capital. A intensificação da urbanização nos moldes capitalistas, resultou em problemas de acesso à terra e habitação, concretizando o fenômeno da segregação socioespacial, ou seja, pelo agrupamento espacial de classes sociais em porções diferentes na malha urbana. Colocando a população de menor poder aquisitivo em condições de desigualdade no acesso à terra urbana e negando o seu direito à cidade, sendo esta temática essencial para a formação crítica e cidadã no ensino básico nas aulas de Geografia. Portanto, o presente trabalho objetiva discutir sobre a segregação socioespacial e possibilidades de abordagem do assunto no ensino básico a partir da apresentação de uma proposta de ensino. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica como fundamento metodológico, relacionando a utilização de mapas e imagens como facilitadores da formação de conceitos, seguindo os pressupostos mediadores da teoria de Vygotsky.

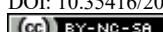
PALAVRAS-CHAVE: Segregação Socioespacial. Aula de Geografia. Mediação. Conceitos Científicos.

RESUMEN: En la ciudad tiene lugar la (re)producción social de la vida urbana, siendo refugio de la diversidad humana y locus de producción y reproducción del capital. La intensificación de la urbanización según líneas capitalistas resultó en problemas de acceso a la tierra y a la vivienda, materializando el fenómeno de la segregación socioespacial, es decir, la agrupación espacial de clases sociales en diferentes porciones del tejido urbano. Colocando a la población de menor poder adquisitivo en condiciones de acceso desigual al suelo urbano y negando su derecho a la ciudad, este tema es fundamental para la educación crítica y cívica en las clases de Geografía de la educación básica. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo discutir la segregación socioespacial y las posibilidades de abordaje del tema en la educación básica a partir de la presentación de una propuesta didáctica. Para ello, se utilizó como fundamento metodológico la investigación bibliográfica, relacionando el uso de mapas e imágenes como facilitadores de la formación de conceptos, siguiendo los supuestos mediadores de la teoría de Vygotsky.

PALABRAS CLAVE: Segregación Socioespacial. Clase de Geografía. Mediación. Conceptos Científicos.

ABSTRACT: The social (re)production of urban life takes place in the city, being a shelter for human diversity and the locus of the production and reproduction of capital. The urbanization intensification along capitalist lines resulted in problems related to land and housing access, materializing the phenomenon of socio-spatial segregation, that is, the spatial grouping of social classes in different portions of the urban space. Placing the population with lower purchasing power in conditions of unequal access to urban land and denying their right to the city, this theme is essential for critical and civic education of Geography classes in basic education. Therefore, the present work aims to discuss socio-spatial segregation and possibilities for approaching the subject in basic education based on the presentation of a teaching proposal. To this end, bibliographical research was used as a methodological foundation, applying the use of maps and images as facilitators of concept formation, following the mediating assumptions of Vygotsky's theory.

KEYWORDS: Socio-spatial Segregation. Geography Class. Mediation. Scientific Concepts.



Introdução

O espaço urbano, enquanto um produto social, revela uma série de contradições, principalmente aquelas vinculadas ao processo de urbanização. A urbanização acelerada na maioria das realidades, carrega consigo a carência do planejamento urbano inclusivo, implicando consequências negativas, principalmente para a faixa da população de menor poder aquisitivo que não consegue morar em porções da cidade dotadas de infraestrutura urbana necessárias ao bem-estar humano. A cidade, inserida na lógica capitalista, passa a ser um espaço comercial rentável, ou seja, quem tem boas condições financeiras consegue consumir os melhores lotes urbanos. Nesta posição mercadológica, a cidade vem sendo tratada como produto, com a finalidade preponderante sendo o seu valor de troca.

Em decorrência dessa lógica de produção e valorização do espaço urbano, quem não tem condições de pagar pelas melhores porções territoriais do espaço urbano acaba por ter acesso apenas as terras na porção periférica, que em circunstâncias de distanciamento dos principais serviços dentro da cidade, tem seu valor mais acessível para grande parcela da população. Entretanto, aqueles que não conseguem comprar nenhum lote do espaço urbano têm como última opção a ocupação irregular e a autoconstrução, muitas vezes em áreas de risco.

Como resultado deste contexto, a segregação socioespacial reflete a separação das classes sociais no espaço urbano, concentrando grupos econômicos em porções distintas da cidade. Perante esse cenário, é necessária uma observação crítica da realidade urbana, isso exige compreensão da organização socioespacial e a análise acurada das relações humanas sobre o espaço. Nessa perspectiva, as aulas de Geografia na educação básica assumem papel fundamental, pois, ao abordar o espaço geográfico, enquanto objeto de estudo da ciência geográfica, possibilitam compreender os processos de ocupação e transformação do espaço diante das relações de poder entre as classes sociais, regidas pelos interesses e regras do sistema econômico e social capitalista.

Contudo, a apropriação do conhecimento se torna mais significativa e enraizada quando há a contextualização do tema de estudo com a realidade vivida pelos estudantes. Esta relação respalda-se na teoria Vygotskyana de formação dos conceitos, na qual, a partir de um conceito pré-formado o aluno relaciona novas informações de aprendizagem escolar, progredindo para um conceito científico. Embasando-se na teoria de Vygotsky sobre a formação dos conceitos, a proposta de ensino de segregação socioespacial terá como contextualização a cidade de Londrina (PR).



A compreensão crítica do espaço em que vivemos nos permite fazer análises acerca da atuação e das relações dos grupos sociais sobre o território, sendo que, a espacialização destes grupos está ligada a condição social e a capacidade econômica de consumo do espaço. Tais organizações são decorrentes da atual articulação do capital sobre a terra, gerando consequências para a parcela da população que não tem condições de competir na lógica mercadológica do meio urbano.

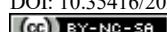
Sobre esse contexto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de compreensão da lógica de ocupação do espaço urbano como um dos pilares para a transformação da realidade em busca da equidade social, tornando a segregação socioespacial um tema imprescindível na educação básica para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Para tanto, objetiva-se discutir sobre a segregação socioespacial, suas causas e consequências, sistematizando propostas de abordagem do tema para o ensino básico, com base no aprendizado contextualizado e significativo ao aluno. A metodologia utilizada terá respaldo na pesquisa bibliográfica sobre a segregação socioespacial nos trabalhos de Rolnik (1995), Corrêa (1989, 2016) e Souza (2005, 2010); no tocante ao direito à cidade, a base teórica fundamenta-se em Lefebvre (2016) e Maricato (2003, 2015). Para o direcionamento da teorização relacionado ao ensino da Geografia sustenta-se nas obras de Vygotsky (1989, 1998) e Cavalcanti; Araujo (2017). As informações foram levantadas e sistematizadas por meio da pesquisa bibliográfica tendo como recorte da realidade o município de Londrina, com a identificação de algumas porções de segregação residencial urbana.

Conceituação e teorização sobre segregação socioespacial

A cidade é a materialização do processo urbano que resulta das relações sociais urbanas, ela abriga a diversidade e as contradições dos grupos humanos, sendo que, inserida no modo de produção capitalista, acaba por seguir suas lógicas, tornando-se não apenas reflexo, mas também meio e condição de suas problemáticas.

Sobre a cidade capitalista, construída e organizada dentro da perspectiva econômica, decorre a sistematização populacional perante a divisão em classes sociais, as quais, são importantes para a compreensão do processo de segregação socioespacial, pois, este é conceituado como a espacialização de grupos sociais em espaços distintas na cidade, de acordo



com fatores culturais, étnico-raciais, históricos e principalmente econômicos, condicionando a separação geográfica das classes sociais.

Segundo Rolnik (1995) a segregação está relacionada ao conflito social, posto que a mistura gera confronto, a intensificação da separação demonstra de forma mais enfática a desigualdade. Indo ao encontro de tais percepções, Roberto Lobato Corrêa afirma que a “segregação residencial da cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano dessas distintas classes sociais e suas frações. Admite-se, assim, que quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial” (Corrêa, 2016, p.42).

A segregação socioespacial está diretamente ligada ao acesso à terra e à habitação, sendo ambos tratados como mercadoria no sistema capitalista. Nesse sistema, a busca pelo lucro constitui sua principal força motriz, levando à transformação de necessidades fundamentais da vida humana, como a habitação, em bens passíveis de comercialização. Neste sentido, os agentes responsáveis pela comercialização do espaço urbano, geradores do capital da terra “ganham com a produção e exploração do espaço urbano. Agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. [...] A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” (Maricato, 2015, p.23).

O valor de troca é um atributo que confere preço a terra, logo, é um mecanismo de separação econômica, pois, os espaços mais bem equipados, possuidores de infraestrutura e mobilidade não estarão à disposição para a classe pobre, como resultado, a segregação socioespacial tem como consequência o acesso diferente aos recursos necessários a vida, devido à presença destes em porções do espaço que reúnem grupos de renda elevada, os quais possuem maior influência política e tem o poder de reivindicar e direcionar a construção de melhorias (Corrêa, 2016).

A lógica de ocupação e apropriação do espaço urbano, pode ser observada mediante a segregação induzida, a segregação imposta e a autossegregação. Dentro destes conceitos é perceptível como a organização das classes sociais no espaço orientam a facilidade ou dificuldade de acesso aos bens e equipamentos urbanos, pois, questões como o poder aquisitivo e condições de deslocamento são intrínsecas ao uso pleno do que a cidade tem a oferecer. Nas palavras de Roberto Lobato Corrêa:

A autossegregação é uma política de classe associada à elite e aos estratos superiores da classe média, dotados de elevada renda monetária. A



autossegregação Visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. [...]

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe, gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis (CORRÊA, 2016, p.43).

Os extremos entre os graus da segregação residencial demonstram que uma pequena parcela da população tem liberdade financeira para escolher os locais de habitação que tenham estruturas adequadas ao bem-estar e a qualidade de vida. Em contrapartida, grande parte das pessoas não tem condições de consumir lotes de terra ou habitações, ficando relegados a áreas de ocupação irregular, recorrendo a autoconstrução para constituir uma moradia, onde os próprios residentes, desconhecendo a legislação urbanística, aos poucos constroem suas casas em locais de ocupação informal (Maricato, 2015).

É preciso pensar na dualidade dos condomínios horizontais fechados referentes a autossegregação contrapondo-se a formação de ocupações irregulares no tocante à segregação imposta como realidades de um mesmo fenômeno, pois, a segregação não designa somente a parcela pobre da população, “a segregação é manifestada também no caso dos condomínios fechados – muros de verdade, além de controles eletrônicos, zelam pela segurança dos moradores, o que significa o controle minucioso das trocas daquele lugar com o exterior (Rolnik, 1995, p. 42).

Em alguns casos, os condomínios fechados se localizam na periferia da cidade, mas, diferentemente das ocupações irregulares, dispõem de boa infraestrutura de habitação e seus habitantes possuem maior facilidade de acesso aos mecanismos da cidade, isso devido a condição financeira privilegiada que possibilita a estas pessoas a posse de transporte privado, condizendo a posição de Corrêa (1989, p. 18) “os bairros de status não são socialmente periféricos!”.

Estas características de produção e transformação do espaço urbano se devem aos agentes produtores do espaço urbano, atores que desempenham um papel ativo na cidade, dentre eles o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Estes agentes possuem interesses conflitantes, sendo que os atores referentes ao setor privado buscam retirar o máximo lucro de



suas terras, muitas vezes intensificando a segregação socioespacial, a qual os grupos sociais excluídos estão inseridos; estes em contraposição organizam-se em movimentos de reivindicação de direitos perante o Estado, mas devido a sua inserção no sistema capitalista de produção, sofre pressão do setor privado, e em alguns casos acaba sendo o veículo promotor de suas vontades (Corrêa, 1989).

Para que as camadas populares consigam usar integralmente os serviços e equipamentos urbanos e participem das discussões políticas é preciso que o valor de uso seja sobreposto ao valor de troca, para que o direito à cidade seja de fato consolidado. O direito à cidade contempla a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso irrestrito aos atrativos da urbe e que participem ativamente de sua construção e transformação, visando a formação de uma cidade justa, inclusiva e democrática. Segundo Henri Lefebvre “o direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito a obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (Lefebvre, 2016, p. 147).

Perante tais pressupostos, o direito à cidade não se restringe apenas a habitação, mas abrange o direito ao transporte, a saúde, a educação, a cultura, ao lazer e a segurança. Nesse sentido, pensar a segregação socioespacial na realidade dos grupos sociais excluídos implica considerar que o direito à cidade para essas pessoas muitas vezes é cerceado, sendo que, o desenvolvimento de políticas públicas que minimizem os impactos das dificuldades de acesso à habitação é primordial.

Essa conjuntura posiciona as políticas de habitação como elementos necessários, pois consistem em ações desenvolvidas pelo governo ou outras instituições com o objetivo de garantir que as pessoas tenham acesso à moradia adequada e segura. Essas políticas podem incluir programas de financiamento de habitação, programas de construção de moradias sociais, subsídios para aluguel, reforma de moradias, entre outras iniciativas que visem melhorar as condições de moradia da população. Elas são uma forma de intervenção do Estado na produção e gestão do espaço urbano, buscando garantir o acesso à moradia como um direito humano fundamental.

Entretanto, essas políticas habitacionais, como exemplo a Minha Casa Minha Vida (MCMV), um programa de habitação federal do Brasil implementado em 2009, muitas vezes acabam por expulsar os pobres para a periferia da cidade, onde há carências de infraestrutura de mobilidade, saúde e educação, por falta de planejamento urbano e regulação fundiária e



imobiliária (Maricato, 2015). Também é possível perceber certa condescendência do Estado perante as ocupações da população pobre em ocupações irregulares, segundo Maricato

A tolerância pelo Estado em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares, está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos. A população que aí se instala não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de infra-estrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura (Maricato, 2003, p. 158).

A segregação socioespacial é um assunto complexo que requer a devida atenção do Estado para regularizar a atuação do setor privado com relação ao projeto de urbanização e a especulação imobiliária, para que a população pobre tenha condições de acesso à moradia digna e possuidora de infraestrutura básica para possibilitar sua qualidade de vida. Sendo assim, a segregação socioespacial torna-se assunto primordial para a formação escolar, sem o qual, dificilmente é possível analisar a realidade da desigualdade social e econômica brasileira, tão pouco a espacialização geográfica destas condicionantes.

Expansão urbana e segregação socioespacial na cidade de Londrina-PR

As cidades do norte paranaense têm sua gênese atrelada a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que realizou o loteamento das terras em pequenas áreas para iniciar a colonização, sendo que, as cidades foram previamente planejadas e posteriormente construídas pela companhia. Segundo o Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, em 1929 ocorreu a fundação de Londrina, que “foi criada a partir de um modelo de urbanização adotado pelos ingleses em formato de tabuleiro de xadrez. A escolha da área foi definida pela disponibilidade de água, suavidade topográfica e pela posição central nas terras adquiridas” (Archela et al. 2008).

Em 1934, Londrina adquire o posto de município e a partir de 1950, devido ao destaque da atividade cafeeira, ocorre um intenso crescimento populacional e urbano. O crescimento da cidade de Londrina foi acentuado após 1960, devido às fortes geadas que ocorreram na década anterior, as quais “contribuíram para aumentar a migração para a cidade, levando a um



significado aumento populacional na área urbana de Londrina, particularmente na periferia, que abrigava a maior parte da mão de obra vinda das áreas rurais.” (Silva, 2007, p.58)

Nesta perspectiva de expansão urbana, a cidade de Londrina passa por um crescimento rápido e desordenado, levando na década de 1970 a dois fenômenos destacados por Zanatta (2010), o surgimento de favelas e o avanço da verticalização. As principais áreas de expansão foram as zonas sul e norte com a construção de conjuntos habitacionais, enquanto, nas porções mais próximas ao centro da cidade, remanesceram espaços que posteriormente viriam a ser utilizados para especulação pelos agentes privados (Zanatta, 2010). Sobre esse contexto, Andresa Lourenço da Silva coloca que

os programas de desenvolvimento urbano das décadas anteriores, sobretudo em relação aos fundos de vales aos parques, à constituição do lago Igapó I, e à localização dos conjuntos habitacionais, fizeram acelerar a especulação imobiliária nestas áreas. Ocorreu uma nítida segregação espacial das classes sociais londrinenses: as dominantes, no sul e ao longo dos fundos de vale; e a trabalhadora, ao norte da cidade. Ao mesmo tempo, iniciou-se o processo de verticalização no centro de Londrina e de periferização de uma parte considerável da população (Silva, 2007, p.65).

Esse processo de expansão urbana da cidade de Londrina é abordado por Rosolém (2011), que demonstra o crescimento progressivo de lotes periféricos, desde sua fundação até a atualidade (Figura 1). A autora coloca esse movimento como resultado do alto valor da terra no sítio urbano e aos vazios urbanos que fomentam a especulação imobiliária (Rosolém, 2011).

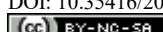
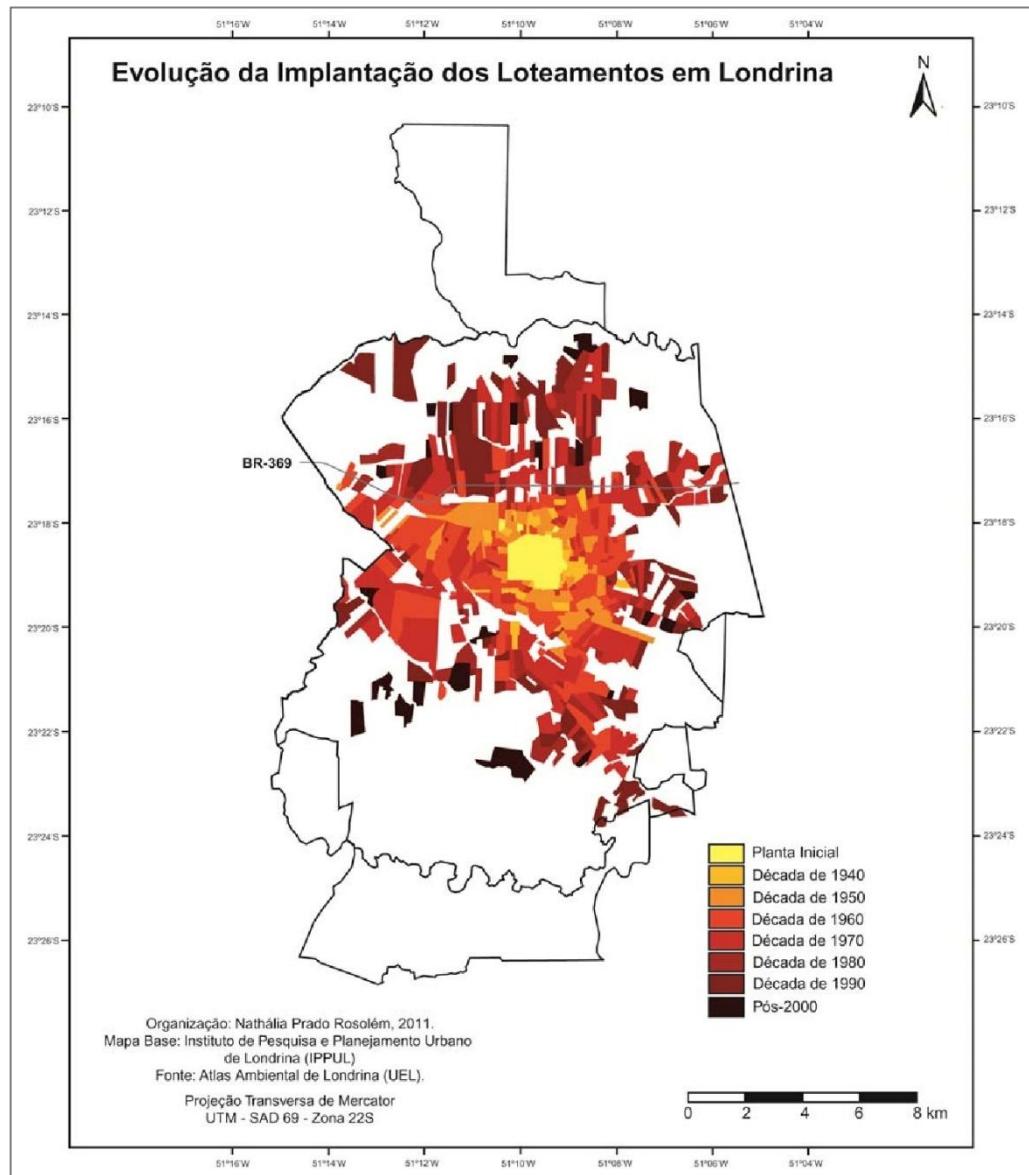


Figura 1 – Evolução da Implantação dos Loteamentos em Londrina



Fonte: Rosolém (2011).

A lógica capitalista de ocupação e expansão do solo urbano, leva as pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica a buscarem as porções da cidade que tenham menor valor, ou em situações mais extremas a ocuparem espaços inadequados ao bem-estar, conformando as ocupações irregulares. Segundo o documento “Perfil de Londrina” existem 2.541 famílias residindo em ocupações irregulares, sendo este dado correspondente a 6.087 pessoas (Prefeitura de Londrina, 2022). Na medida em que existe uma forte atuação de proprietários fundiários e promotores imobiliários na cidade de Londrina, operando no espaço urbano buscando conseguir o máximo lucro através da especulação fundiária e imobiliária, existem pessoas que sofrem as consequências da segregação socioespacial ao não conseguirem

participar desta lógica, neste caso necessitando do auxílio do Estado para conquistarem o direito à moradia.

A importância da segregação socioespacial no ensino básico na perspectiva da formação de conceitos em Vygotsky

A segregação socioespacial é um fenômeno presente na realidade das cidades brasileiras, em vista disso, é importante a inserção deste conceito para a formação no ensino básico. A compreensão da realidade social ao qual o estudante está inserido só pode ser completa mediante a consciência crítica das desigualdades presentes em seu contexto, para que ele possa estar apto ao exercício de sua cidadania em prol da transformação de sua realidade.

Com esse objetivo, o docente deve promover mecanismos que possibilitem a autonomia do pensamento e análise social dos estudantes, onde, as aulas de Geografia contribuem para a construção do conhecimento socioespacial, problematizando a intervenção e compreensão do ser humano no espaço em que vive. A formação para a cidadania requer o conhecimento e a atuação intencional do professor de Geografia no processo de ensino e aprendizagem em busca da formação do pensamento geográfico com os alunos, sendo que, a formação de conceitos geográficos é essencial nesta trajetória. (Cavalcanti; Araujo, 2017).

Tais pressupostos adentram a teoria Vygotskiana de formação de conceitos, onde, as funções psicológicas superiores; entendidas como processos mentais complexos construídos pela interação social em meio cultural e educacional; são tomados como a base para a implementação de uma proposta de ensino sobre a segregação socioespacial neste trabalho. Oliveira (1992) coloca que a formação de conceitos em Vygotsky passa por três estágios, iniciando-se com o pensamento sincrético, sequenciado pelo pensamento por complexos, o qual da base para a formação de conceitos. O pensamento sincrético passa pela subjetividade da criança, onde as relações passam pela sua percepção que ainda é instável, quando atinge o pensamento por complexos as relações entre o objeto e o pensamento formam relações concretas com base em experiências e por similaridades, já a fase dos conceitos científicos é alcançada quando a criança atinge a capacidade de abstração (Oliveira, 1992). Para Vygotsky “enquanto um conceito agrupa os objetos de acordo com um atributo, as ligações que unem os elementos de um complexo ao todo, e entre si, podem ser tão diversas quanto os contatos e as relações que de fato existem entre os elementos” (Vygotsky, 1989, p.53).



O processo de formação de conceitos acima descritos referencia os conceitos espontâneos, ou seja, aqueles desenvolvidos nas relações sociais da criança, a partir da observação direta e das experiências com objetos, eventos e situações em seu ambiente imediato. Entretanto, a compreensão de ideias mais complexas e abstratas precisam da mediação pedagógica que inclui a transmissão de informações, a explicação de ideias, a apresentação de exemplos e a realização de atividades que permitam a assimilação gradual dos conceitos. Aos conhecimentos desenvolvidos na educação formal perante a interação aluno e professor, denomina-se conceitos científicos. Segundo Vygotsky

Um conceito científico envolve, desde o início, uma atitude ‘mediada’ em relação a seu objeto. Embora os conceitos científicos e espontâneos se desenvolvam em direção oposta, os dois processos estão intimamente relacionados. É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado um certo nível para que a criança possa absorver um conceito científico correlato. [...] Ao forçar a sua lenta trajetória para cima, um conceito cotidiano abre o caminho para um conceito científico e o seu desenvolvimento descendente. Cria uma série de estruturas necessárias para a evolução dos aspectos mais primitivos elementares de um conceito, que lhe dão corpo e vitalidade. Os conceitos científicos, por sua vez, fornecem estruturas para o desenvolvimento ascendente dos conceitos espontâneos da criança em relação à consciência e ao uso deliberado (Vygotsky, 1989, p. 93-94).

No trecho, o autor coloca em destaque a mediação como ponte para a formação de conceitos científicos, os quais, necessitam também de conceitos espontâneos pré-formados para sua estruturação em funções psicológicas superiores. A mediação no ensino formal necessita da atuação dos professores, em especial para o fenômeno da segregação socioespacial, o trabalho do professor de Geografia que conduza o processo de ensino e aprendizagem do aluno de modo que se crie uma análise crítica sobre o tema, que se apresente as causas e consequências, que problematize a questão da desigualdade socioeconômica de maneira profunda, para o assunto não permanecer vago, com a culpabilização da população pobre que habita áreas de ocupação irregular (Alves, 2016). Por este motivo, a atuação docente intencional é primordial, como coloca Oliveira (1992)

A intervenção pedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre outros como forma de promover o desenvolvimento articula-se como postulado básico de Vygotsky: a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança. A aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas. O processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola propicia o acesso dos membros imaturos da cultura



letrada ao conhecimento construído e acumulado pela ciência e a procedimentos metacognitivos, centrais ao próprio modo de articulação dos conceitos científicos (Oliveira, 1992, p. 33).

Constata-se que a intervenção pedagógica de um docente como mediador do processo de aprendizagem do aluno é essencial para a formação de conceitos científicos, os quais se caracterizam por serem mais complexos. Nessa perspectiva, é possível conceber a segregação socioespacial como um conceito científico, ao qual precisa passar por um processo de ensino e aprendizagem na educação básica para que seja internalizado pelos alunos, transformando-se em uma função psicológica superior.

Na teoria sociocultural de Vygotsky o processo de aprendizagem necessita da função mediadora de instrumentos e signos, os quais, são uma intervenção psicológica associativa entre o indivíduo e o meio, sendo que, “podemos usar o termo função psicológica superior, ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica” (Vygotsky, 1998. p.73). Em vista disso, os instrumentos e os signos são elementos análogos, pois, possuem uma semelhança funcional enquanto mediadores, mas, diferenciam-se na orientação do comportamento humano, pois, o instrumento age de maneira externa ao indivíduo, como transformador da natureza e, em contrapartida, o signo age internamente ao indivíduo, funcionando como uma representação psicológica (Vygotsky, 1998).

Considerando a importância da atuação dos instrumentos e signos como mediadores da formação de funções psicológicas superiores, e reconhecendo a complexidade do fenômeno da segregação socioespacial enquanto um conceito científico que exige o pensamento abstrato para sua compreensão, é preciso que o professor utilize elementos que facilitem a conexão da segregação que ocorre espacialmente de forma externa ao indivíduo para com a internalização do conceito e suas problemáticas. Assim sendo, coloca-se como proposta de ensino a utilização de mapas e imagens como facilitadores da compreensão da segregação socioespacial, os quais, funcionam como instrumentos de ligação entre o meio externo e a criação de signos internos sobre o tema, pois, para que o aluno compreenda os diferentes tipos de segregação e relacione-os como pertencentes ao mesmo fenômeno é preciso a construção do conhecimento teórico com ferramentas que tragam para a realidade do aluno, para que este visualize na prática o que está sendo aprendido.

Estas práticas se inserem no ensino contextualizado, onde há a união do que é aprendido na aula com o vivenciado e experienciado pelos alunos, posto que, trabalhar com exemplos que



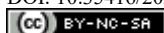
se aproximam da realidade torna o aprendizado mais significativo. Segundo essa observação, a proposta de ensino sobre a segregação socioespacial terá como espaço de exemplo o município de Londrina (PR), sendo que, esta metodologia pode ser adaptada a localidades ou realidades diferentes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como aprendizagem essencial a segregação socioespacial na etapa dos anos finais do ensino fundamental, sendo referenciada no 8º ano dentro da unidade temática “mundo do trabalho”, cuja habilidade (EF08GE17) propõe “Analizar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos (Brasil, 2018, p. 391). O Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep), também traz o tema da segregação socioespacial no 8º ano, incluindo no objetivo de aprendizagem identificar possíveis medidas mitigadoras (Paraná, 2021).

Em vista disso, para que o aluno consiga fazer conexões em escalas geográficas maiores, é preciso que haja a consolidação da compreensão do conceito acerca da segregação socioespacial, objetivando a internalização mediante a aprendizagemposta em seu contexto. Considerando tais fatores, a sugestão de ensino sobre segregação socioespacial terá como referência a proposta de sequência de Cavalcanti (2014, apud Cavalcanti 2017, p. 150) “problematizar, sistematizar e sintetizar”. Segundo Portela (2020), a sequência de Cavalcanti (2014) traz possibilidades de mediação do professor.

Na sequência, aponta para algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas para cada aula mediada pelo professor, seguindo os procedimentos de interrogar sobre práticas de grupos em paisagens urbanas e definir os problemas urbanos, quando for problematizar; conhecer conceitos, discuti-los de forma específica e relacioná-los às temáticas, ao sistematizar e produzir narrativas e conhecer os lugares do cotidiano dos alunos e desenvolver mapas, com representações dos pensamentos dos alunos, ao sintetizar (Portela, 2020, p. 46).

Ponderando estas etapas como referenciais para a proposta de atividade, a problematização será feita pelo levantamento de conhecimentos prévios (espacialidades cotidianas) dos discentes por meio de indagações, posteriormente, a sistematização envolverá uma aula expositiva dialogada do assunto com base nos questionamentos direcionadores, por fim, a síntese envolverá a análise de imagens na sala de aula com o objetivo de identificar os elementos da segregação socioespacial (Quadro 1). Embora esta pesquisa se concentre na proposição teórica e metodológica da sequência didática voltada à compreensão da segregação



socioespacial, reconhece-se que a aplicação empírica da proposta constitui uma etapa futura importante para avaliar sua eficácia e exequibilidade no contexto escolar, permitindo aprofundar a análise sobre a formação de conceitos científicos no ensino de Geografia.

Quadro 1 – Proposta de ensino sobre a segregação socioespacial em Londrina/PR

Problematização	Sistematização	Síntese
Levantamento do conhecimento prévio dos alunos: É possível perceber uma relação entre a condição socioeconômica e a espacialização da população na cidade? Onde estão localizadas as infraestruturas de lazer, cultura e serviços na cidade? Todas as pessoas conseguem acessá-las?	Estruturação do conhecimento com questões a serem respondidas na aula: O que é segregação socioespacial? Quais os atores responsáveis pela segregação socioespacial? Quais são os tipos de segregação socioespacial? Qual a lógica de espacialização dos grupos sociais na cidade? Quais são os grupos que habitam a periferia da cidade e as condições de habitação e de acesso a bens e serviços urbanos?	Análise de imagens de satélite e fotos de regiões de autossegregação e segregação imposta na cidade de Londrina.

Fonte: Calvalcanti, 2014 (apud Cavalcanti, 2017). Organização: a autora, 2023.

A etapa de problematização do conteúdo intenciona a avaliação diagnóstica dos alunos, a qual, “tem como principal objetivo determinar a situação de cada aluno antes de iniciar um determinado processo de ensino-aprendizagem, para poder adaptá-lo a suas necessidades” (Jorba; Sanmarti, 2003, p.27). Em vista disso, é importante saber o conhecimento prévio dos alunos para direcionar o ponto de partida da aula e os assuntos que precisam de maior aprofundamento durante a sistematização.

A sistematização do conteúdo sobre a segregação socioespacial deverá ocorrer com a contextualização do tema a partir da exemplificação por meio de mapas e imagens (Figura 2) que façam parte do conhecimento e realidade dos alunos, pois, dessa maneira a aprendizagem será significativa e fará sentido sua internalização. Tais recursos didáticos funcionarão como instrumentos mediadores, que possibilitarão a visualização da segregação socioespacial na cidade, facilitando a compreensão do conceito, auxiliando na formação de signos representativos, realizando a concretização de uma função psicológica superior.

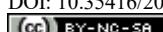
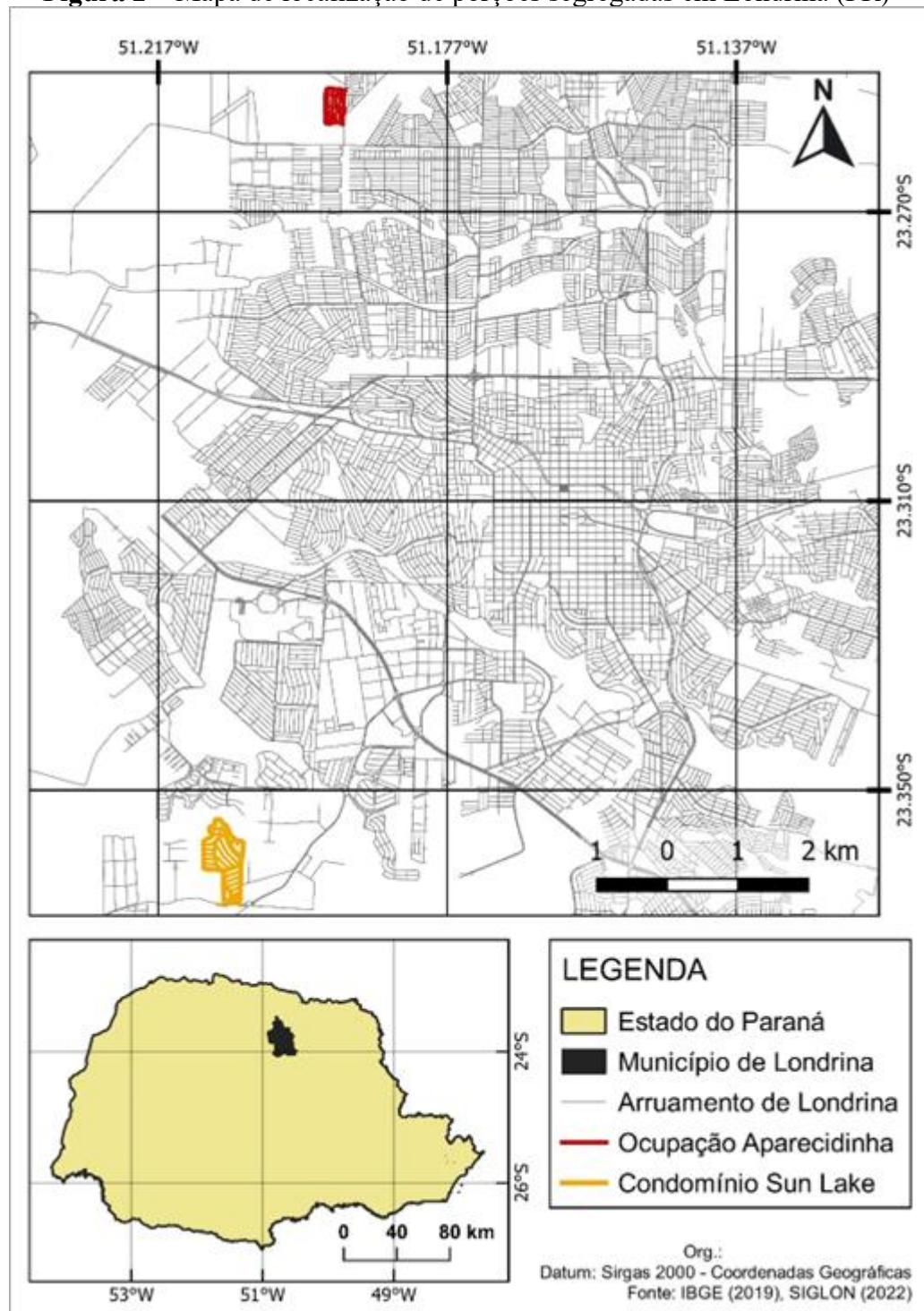


Figura 2 – Mapa de localização de porções segregadas em Londrina (PR)



Fonte: A autora, 2023.

A escolha do Condomínio Sun Lake e da ocupação Aparecidinha como porções analisadas justifica-se por representarem realidades socioespaciais contrastantes na cidade de Londrina. O Condomínio Sun Lake, localizado na zona sul, caracteriza-se por ser um espaço residencial fechado, planejado e dotado de ampla infraestrutura, destinado majoritariamente a

grupos de alta renda. Em contraposição, o Aparecidinha, situado na zona norte, corresponde a uma ocupação popular marcada por processos de vulnerabilidade habitacional, desigualdade de acesso à infraestrutura urbana e trajetórias ligadas à luta por moradia. A comparação entre essas duas áreas permite evidenciar as expressões da segregação socioespacial no contexto londrinense, revelando como o espaço urbano reflete e reproduz as desigualdades sociais.

No mapa é possível localizar as porções de segregação delimitadas como exemplo, sendo que, tanto a área de autossegregação do condomínio murado, quanto a área de segregação imposta de ocupação irregular, se encontram na periferia da cidade. Essa articulação pode se tornar uma característica de curiosidade, sendo necessário a explicação dos motivos que levam a este contexto, e a diferenciação destas regiões, apresentando concepções críticas sobre a atuação dos atores responsáveis por tais articulações. Para essa finalidade, as imagens de satélite e as fotos das áreas de habitação são necessárias para a observação do fenômeno da segregação socioespacial, no caso em questão, na cidade de Londrina (Figura 3 e 4).

Figura 3 – Imagem de satélite e fotos de uma área de autossegregação em Londrina



Fonte: 1 – Google Earth. 2 e 3 – Site do Sun Lake Residence. Disponível em:
<http://www.sunlakeresidence.com.br/>

Por meio da análise das imagens é possível perceber que a porção de autossegregação exemplificada possui boa infraestrutura, principalmente relacionada ao conforto habitacional e

a estética paisagística; também existem espaços de lazer como piscinas, quadras esportivas e um lago. Entretanto, pensar na boa infraestrutura habitacional requer pensar que esta, está disponível para uma pequena parcela da população, a qual tem condição financeira elevada para consumir um lote da terra urbana valorizada.

A construção dentro dos muros do condomínio horizontal traz uma intensa atuação dos agentes privados produtores imobiliários, proprietários fundiários e também do Estado (Corrêa, 1999) atuando na produção do espaço urbano, que se utilizam a especulação imobiliária como base para a ampliação dos lucros, sendo que, colocar estas questões como base para a análise das imagens é fundamental, pois, existem pressupostos de segurança e qualidade de vida que são utilizados como propaganda para a comercialização destes espaços. Mesmo estando em uma área periférica, os condomínios horizontais se diferenciam muito das ocupações irregulares, sendo que, no primeiro caso é uma escolha de local para moradia, enquanto, no segundo é a única opção restante. Pensar a ocupação do espaço urbano requer a análise crítica destas organizações socioespaciais nas aulas de Geografia.

Figura 4 – Imagem de satélite e fotos de uma área de segregação imposta em Londrina



Fonte: 1 – Google Earth. 2 e 3 – ... 2022.

Analisar a ocupação irregular Nossa Senhora Aparecida, também conhecida como Aparecidinha, implica relacioná-la como uma porção de segregação imposta, ou seja, um espaço que é apropriado por pessoas que não conseguiram comprar um lote ou alugar nenhum outro lugar de moradia na cidade, tendo como último recurso a autoconstrução utilizando materiais de descarte em áreas públicas ou privadas.

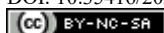
As ocupações irregulares são margeadas pela ilegalidade (no tocante a posse legal do lote urbano), pois, as pessoas inseridas nesta condição não possuem garantias perante a legislação sobre o lote que ocupam, sendo que, são “marcadas pela ocupação e construção de habitações em propriedades públicas, privadas e/ou em áreas de reserva (sejam elas ambientais ou de mercado), localizadas na maioria das vezes, mas não só, em territórios distantes, de difícil acesso” (Delfino, 2022, p.28).

Neste contexto, considera-se a atuação dos agentes privados de produção do espaço urbano como articuladores da manipulação da cidade como valor de troca, anulando o direito à cidade dos grupos sociais excluídos, os quais, sem condições de consumir a cidade capitalista e sem amparo social do Estado são condicionados às ocupações irregulares.

As ocupações irregulares possuem carências de infraestrutura básica, sendo elas a habitacional, de segurança, de saúde, mobilidade e educacional. Para acessar estes serviços, é preciso desprender um grande deslocamento, sendo que, a mobilidade geralmente é um empecilho, seja por questões de ausência ou precariedade do transporte público ou falta de recursos financeiros para locomoção. A periferização enquanto imposição é um grande problema, onde a atuação do Estado com políticas públicas para garantia de direitos básicos é necessária, colocando-se como uma exigência social, enquanto existir um grande afastamento socioeconômico entre a população.

A ocupação irregular Aparecidinha constituía-se como uma propriedade privada, estando atualmente em processo de regularização após a venda da terra para a COHAB. Segundo Delfino (2022, p.50) a referida ocupação conta com “um número aproximado de 2.000 mil pessoas residindo de forma precária”, dos quais, apenas 72 concluíram a etapa do Ensino Médio e 28 ainda estão cursando. Com relação ao Ensino Fundamental, 512 pessoas não concluíram esta etapa, sendo que, as crianças em idade escolar que estão frequentando o Ensino Fundamental correspondem a 28 pessoas (Cohab-LD 2017, apud Delfino, 2022).

Os dados referentes a educação na ocupação Aparecidinha demonstram que existem inúmeras vulnerabilidades na medida em que a conclusão do ensino regular é pré-requisito para a maioria das vagas de emprego formal. Colocar em choque estas realidades durante a



sistematização do conteúdo das aulas é imprescindível, pois, o conceito da segregação socioespacial deve ser acompanhado pelas causas e consequências, colocando em foco a população que tem o seu direito à cidade comprometido.

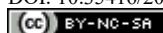
Após a finalização da sistematização, como possibilidade de retomada do conteúdo do processo de ensino e aprendizagem e identificação da apropriação do conhecimento por parte dos alunos, o professor pode trazer um comparativo entre as imagens, solicitando que os estudantes apontem as características de cada espaço e tipo de segregação, suas causas, consequências e possíveis formas de intervenção. As respostas obtidas devem ser direcionadas pela mediação pedagógica do docente, o qual poderá por meio da avaliação formativa, examinar o processo de estruturação do conhecimento, encontrando potencialidades e fragilidades na aprendizagem, que nortearão ajustes nas aulas seguintes (Jorba; Sanmarti, 2003).

Conclusões

A segregação socioespacial é um fenômeno urbano responsável por espacializar grupos na cidade de acordo com a capacidade de consumo da terra e habitação dos grupos sociais, resultando na desigualdade e restrição de participação na vida urbana graças à impossibilidade de acesso aos bens e equipamentos urbanos, devido ao distanciamento e as complicações de mobilidade a que a população pobre está sujeita.

Atrelado a estas questões, o Estado mantém-se com políticas muitas vezes inadequadas para esta problemática, pois, apesar de facilitar o acesso a moradia através de programas habitacionais, em resumo acaba por manter os grupos sociais excluídos na periferia da cidade, preservando problemas como emprego, mobilidade e acesso a serviços básicos que ainda continuam comprometidos. É preciso atacar o cerne do problema, no caso, as práticas insidiosas de valorização fundiária e especulação imobiliária, mas, também, garantir educação de qualidade a estes espaços de vulnerabilidade.

Conhecer a organização da cidade, participar ativamente de sua produção e apropriação física e envolver-se ativamente nas decisões políticas é essencial, e tais articulações devem ser garantidas a todas as pessoas, independentemente de sua condição social, econômica ou racial, pois, o direito à cidade só será tangível a partir da possibilidade de ocupação da cidade enquanto valor de uso.



Enquanto não existir uma regulamentação e fiscalização estatal fortes acerca da especulação fundiária e imobiliária da terra privada urbana, os agentes produtores do espaço que atuam e lucram com sua comercialização terão liberdade para construir uma cidade elitista, que não abre espaço à população pobre, expulsando estas pessoas para cada vez mais longe dos centros urbanos, em locais onde há carência de infraestrutura básica.

Conhecer e analisar de maneira crítica estas problemáticas é fundamental, pois a consciência da realidade é pré-requisito para uma organização social em busca de mudanças perante a conquista de direitos. Nessa direção, a segregação socioespacial deve ser trabalhada nas aulas de Geografia na educação básica de modo que, proporcione a compreensão do espaço vivido, preparando os alunos para a formação cidadã, com elementos que condicionem a análise crítica da sociedade. Para isso o processo de ensino e aprendizagem deve ser organizado intencionando essas conquistas, onde, a teoria de formação de conceitos de Vygotsky traz inúmeras contribuições, principalmente no que tange a mediação por instrumentos e signos.

A transposição dos fundamentos da teoria de Vygotsky para as aulas de Geografia pode auxiliar na produção de aulas contextualizadas, sendo mais significativo o aprendizado para o aluno, em que, a utilização de materiais didáticos, como mapas e imagens, foi empregada como proposta de ensino, pois, podem auxiliar enquanto instrumentos externos na formação de signos que representam no psicológico o fenômeno espacial da segregação socioespacial.

Considera-se relevante destacar que a proposta apresentada, por ter caráter teórico-metodológico, constitui um ponto de partida para futuras investigações empíricas no campo do ensino de Geografia. A aplicação prática dessa proposta poderá permitir a verificação de sua eficácia e de sua exequibilidade no contexto escolar, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas voltadas à formação de conceitos científicos e à compreensão crítica da realidade urbana pelos estudantes.



REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. A abordagem da segregação socioespacial no ensino básico de Geografia. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al* (org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 189-202.

ARCHELA, Rosely Sampaio et al. EXPANSÃO URBANA DE LONDRINA. Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, 2008. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/EXPANSAO.htm>. Acesso em: 11, set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza; ARAUJO, Manoel Victor Peres. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: um conceito em foco. **Acta Geográfica**, Boa Vista, p. 140-159, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al* (org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 39-60.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DELFINO, Tiago dos Santos. **LOTEAMENTO JEQUITIBÁ**: Proposta da COHAB-Id para a ocupação Aparecidinha - Londrina. 2022. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social), Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CESA, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

JORBAN, J.; SANMARTIN, M. A função pedagógica da avaliação. In: BALLESTER, M.; BATALLOSO, J. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23- 45

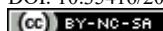
LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão . Tradução . São Paulo: Summus, 1992. p. 23-34.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP - Geografia, EF. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em: professor.escoladigital.pr.gov.br/crep. Acesso em: 09 set. 2023.



PREFEITURA DE LONDRINA. Perfil de Londrina. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia: 2022.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. O Ensino de Geografia sobre a Segregação Socioespacial nas Cidades Brasileiras. **Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSOLÉM, Natália Prado. **Visualização cartográfica da expansão da cidade de Londrina por meio de coleção de mapas digitais**. 2011. 114 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SILVA, Andresa Lourenço da. **LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS EXCLUSIVOS DE LONDRINA OUTRAS FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS E INVISÍVEIS**. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANATTA, Igor Fernando Santini. **Segregação residencial em Londrina**: condomínios fechados e áreas subnormais. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.



CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Os autores agradecem à Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Departamento de Geografia (DGEO) pelo suporte institucional durante a realização da graduação em Geografia, no âmbito da qual este artigo foi desenvolvido como trabalho de conclusão de curso.
 - Financiamento:** A pesquisa não recebeu financiamento.
 - Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - Aprovação ética:** A pesquisa não envolveu a participação direta de seres humanos, nem a coleta de dados primários sensíveis, utilizando exclusivamente fontes secundárias e dados públicos. Dessa forma, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.
 - Disponibilidade de dados e material:** Os dados utilizados neste estudo são de acesso público e provenientes de bases institucionais e materiais publicados por outros autores. As referências correspondentes encontram-se devidamente indicadas ao longo do artigo.
 - Contribuições dos autores:** Heloisa Maria Mantovan: concepção da pesquisa, levantamento bibliográfico, organização e análise dos dados, e redação do artigo. Jaqueline Telma Vercezi: orientação acadêmica, acompanhamento metodológico, revisão crítica e correção do manuscrito.
-

